



TJPR
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DO ESTADO DO PARANÁ

**PLANO DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO
RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO ANUAL
2023**

PLANO DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO

RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO ANUAL 2023

Elaborado pelo Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAI) – art. 23, VII, Resolução nº 401/2021.

Aprovação pela Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão – art. 26, III, Resolução nº 401/2021.

Informação anual no PLS-Jud referente aos indicadores constantes do Anexo da Resolução nº 401/2021.

Premio CNJ de Qualidade – 30 pontos.

INDICADORES E METAS

Visando acompanhar o desempenho e estimular o crescimento dos resultados dos indicadores de acessibilidade e inclusão a cada ano, foram atribuídas metas anuais para aqueles indicadores que podem ser melhorados a partir de ações adotadas pelo TJPR.

PLANO DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO (indicadores da Resolução nº 401/2021)

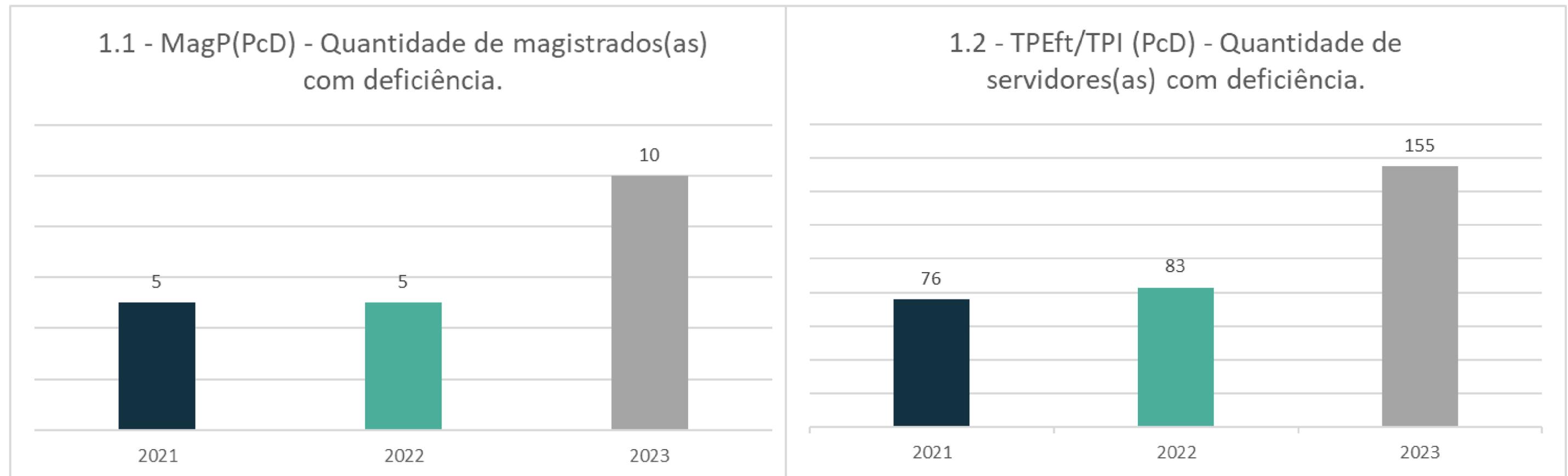
Total de Indicadores do PAI: 38.

Quantidade de Indicadores do PAI com metas e níveis de satisfação definidos: 11.

GESTÃO DA ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO

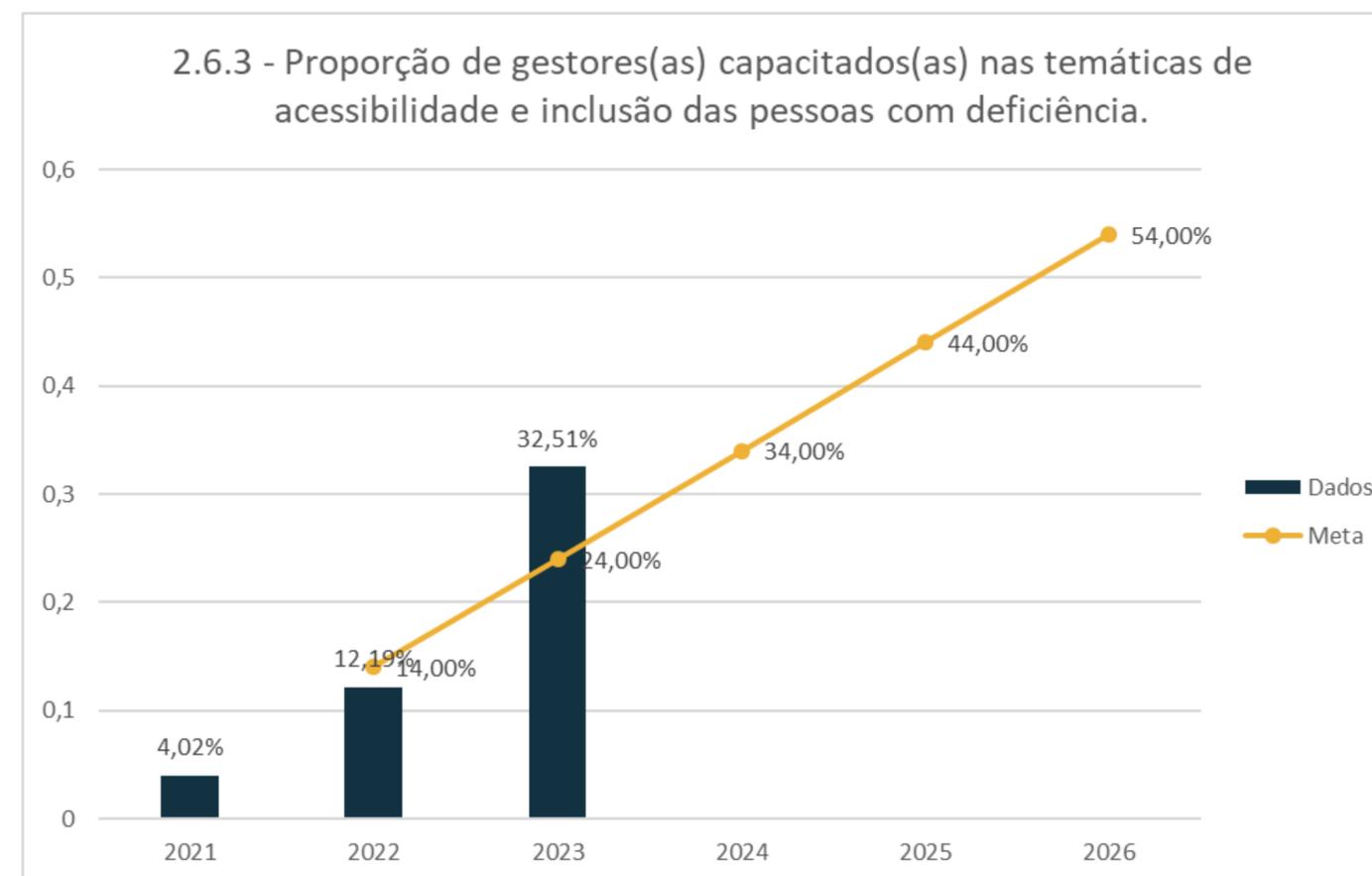
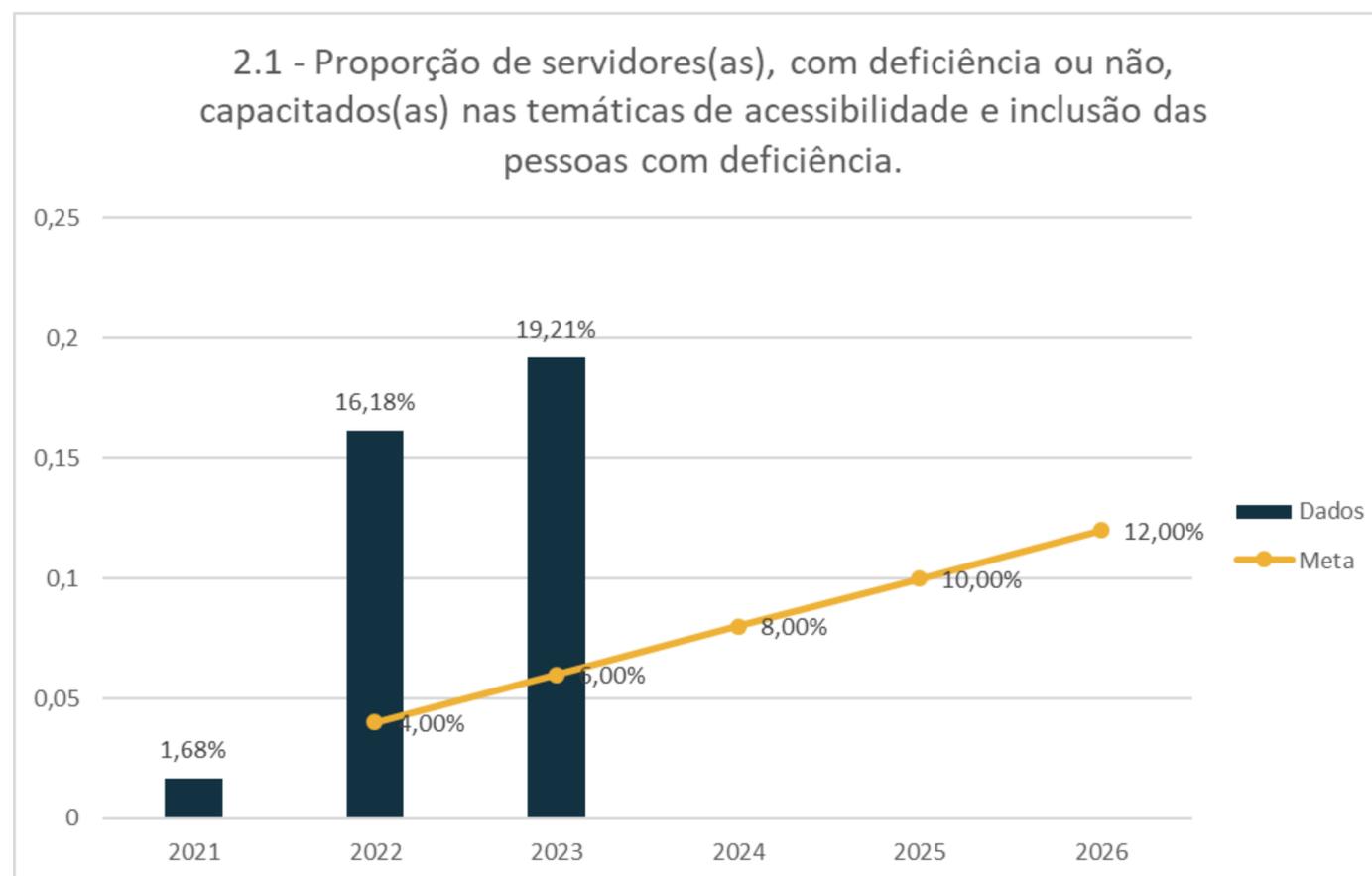
Unidades responsáveis pelo fornecimento dos dados: DM, SEGEP, SELC, 2ª VP e CGJ.

Quantidades de magistrados, servidores e quadro auxiliar com deficiência. Não há metas estabelecidas devido às formas de ingresso.



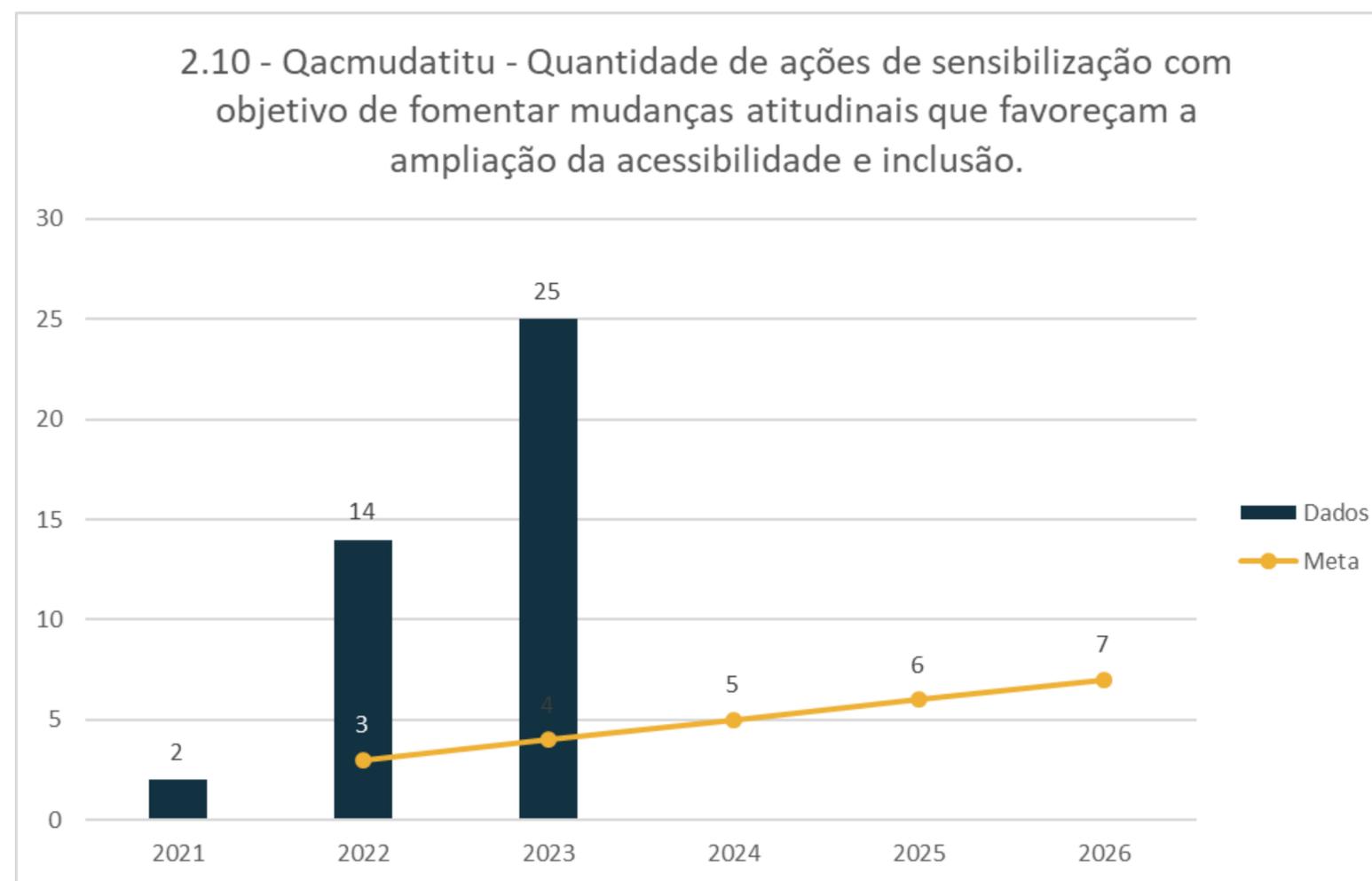
ACESSIBILIDADE EM SERVIÇOS

Unidades responsáveis pelo fornecimento dos dados: EJUD, SEGEP, SETI, SEINFRA, CPAI, SELC e 2ª VP.



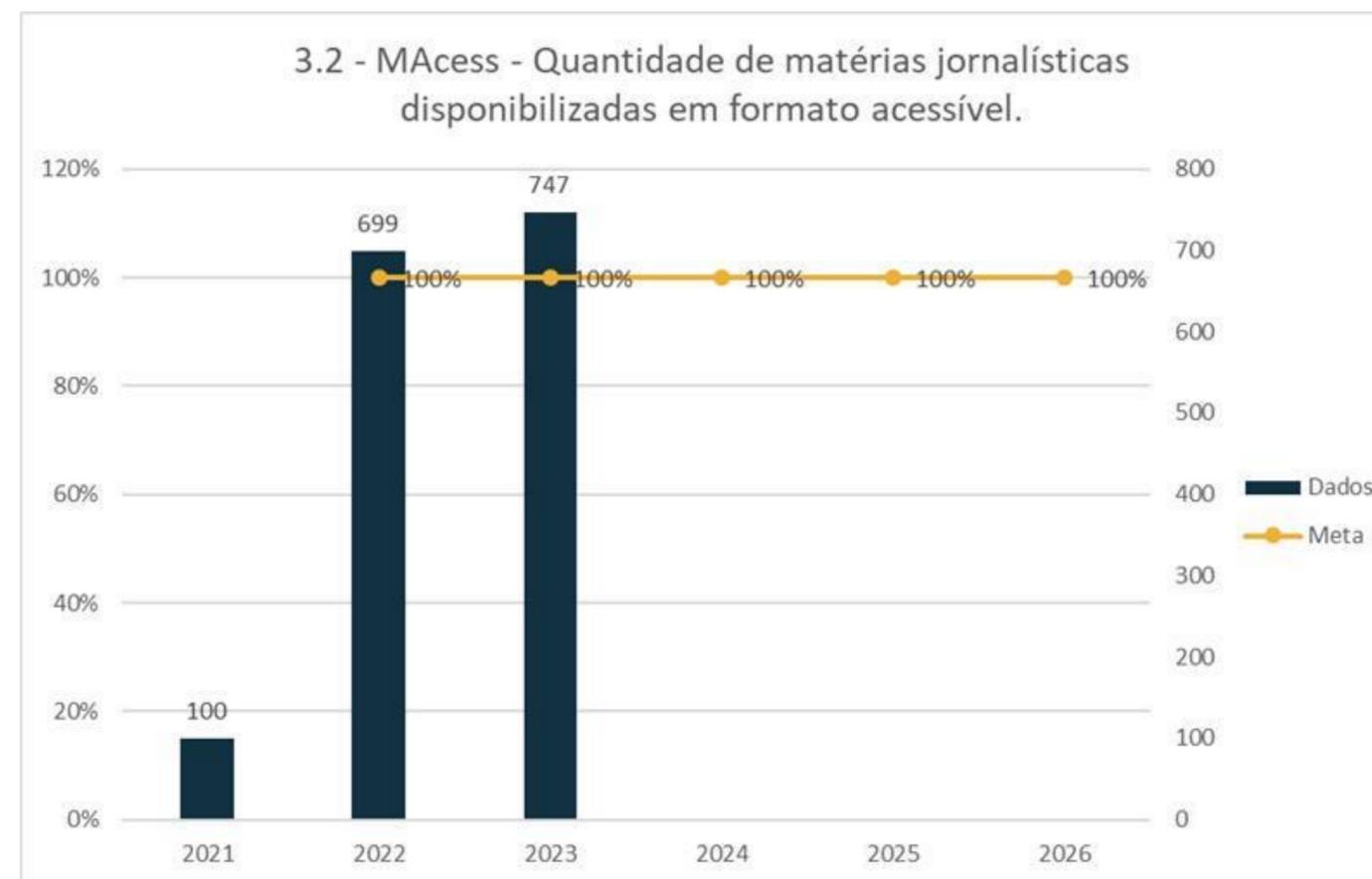
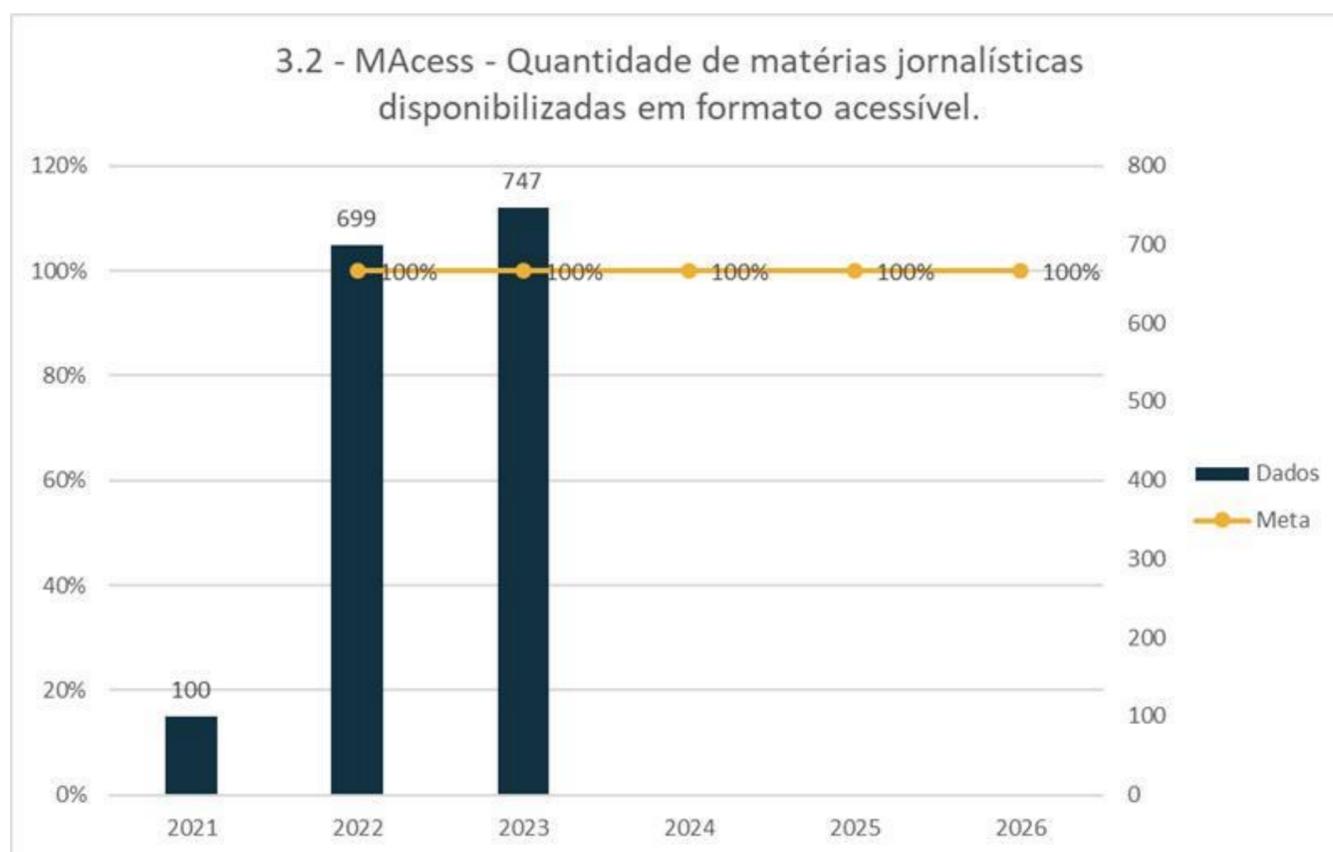
ACESSIBILIDADE EM SERVIÇOS

Unidades responsáveis pelo fornecimento dos dados: EJUD, SEGEP, SETI, SEINFRA, CPAI, SELC e 2ª VP.



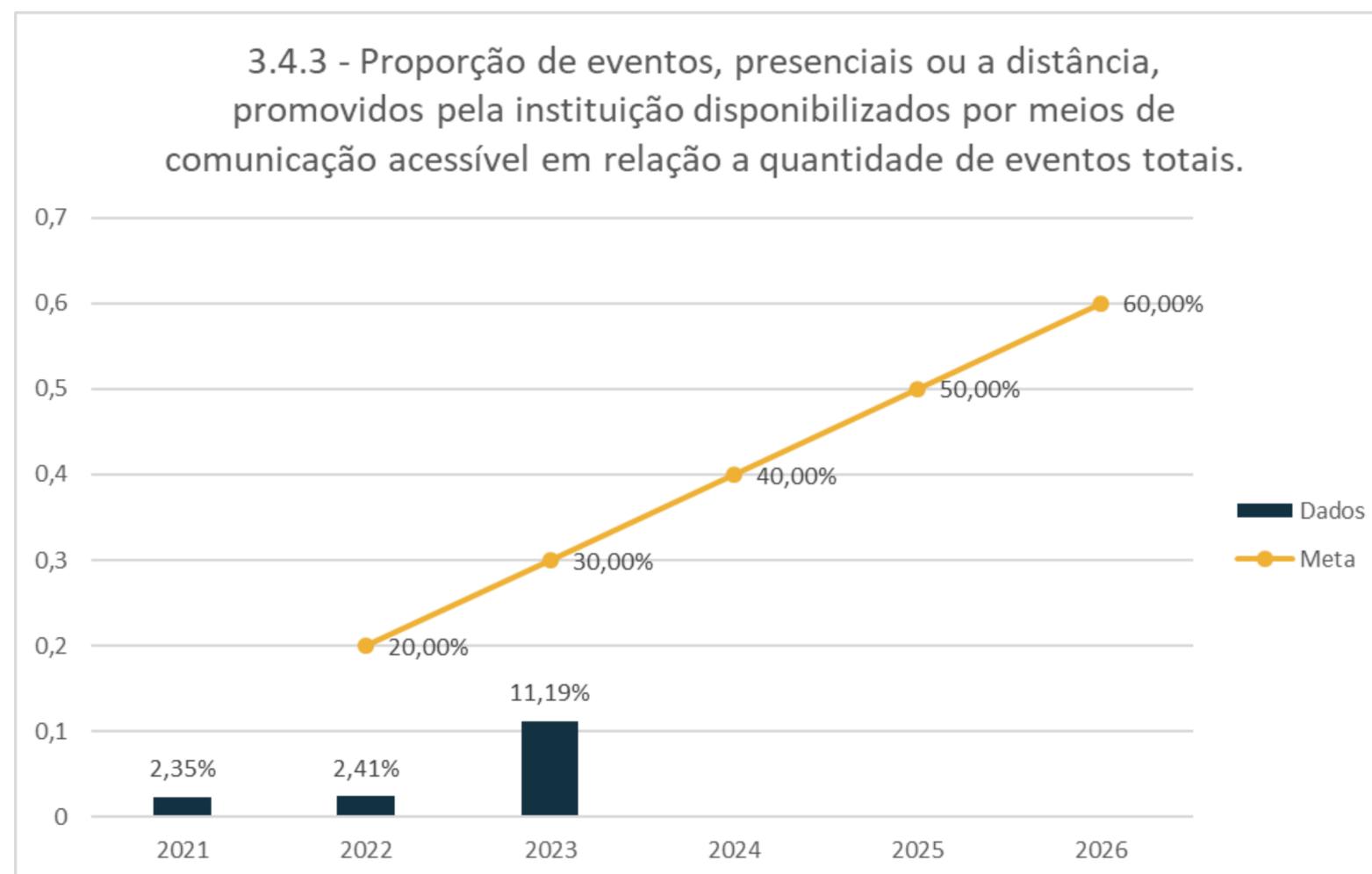
ACESSIBILIDADE COMUNICACIONAL

Unidades responsáveis pelo fornecimento dos dados: Ouvidoria, EJUD, Coordenadoria de Comunicação Social e Coordenadoria de Cerimonial.



ACESSIBILIDADE COMUNICACIONAL

Unidades responsáveis pelo fornecimento dos dados: Ouvidoria, EJUD, Coordenadoria de Comunicação Social e Coordenadoria de Cerimonial.



AÇÕES E PROJETOS

Atuação CPAI

Ações e projetos:

- Capacitação e Sensibilização.
- Acessibilidade Arquitetônica.
- Mobiliário e Ferramentas de Tecnologia Assistiva.
- Regulamentação de Direitos da Pessoa om Deficiência
- Assistência Médica e Social aos Servidores e Magistrados com Deficiência
- Promoção da Inclusão

Atendimento a outras demandas de acessibilidade, inclusão e direitos das pessoas com deficiência.

AÇÕES E PROJETOS

CAPACITAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO

Eventos

- Palestras “Direitos da Pessoa com Deficiência – Curatela e Tomada de Decisão Apoiada”, evento híbrido realizado em 23/03/2023.
- Palestra no módulo de integração no Curso de Formação Inicial de Juízes Substitutos, evento presencial realizado em 04/05/2023.
- Webinar “Dia Nacional da luta da Pessoa com Deficiência”, realizado em 21/09/2023.
- Ciclo de palestras “Deficiência, família e cuidados”. Em parceria com a AMAPAR, evento híbrido realizado em 29/11/2023.

Publicações Portal, Redes Sociais e Mensageiros.

Depoimentos.

AÇÕES E PROJETOS

ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA

Reformas

- Vara de Adolescentes em Conflito com a Lei no Tarumã (sanitário, rampa acesso e piso tátil).
- Quatro Barras (instalação de balcão acessível),.
- Centro Judiciário de Curitiba (alterações no estacionamento e acessos ao prédio, rampas e piso tátil),.
- Foz do Iguaçu (instalação de balcão acessível).
- Cascavel (alterações de acessibilidade em escadas, sanitário, piso tátil e estacionamento).
- São José dos Pinhais (plataforma elevatória).

Fóruns novos em construção

Francisco Beltrão, Ampere, Nova Aurora, Terra Rica e Londrina – Bloco Criminal e Corbélia.

AÇÕES E PROJETOS

MOBILIÁRIO E FERRAMENTAS DE TECNOLOGIA ASSISTIVA

Mobiliários

- Procedimentos para contratações de itens acessíveis: 280 cadeiras de rodas, rampas para cadeira de rodas, bancadas de jurados, bancadas e guichês de atendimento e bebedouros de pressão conjugados.
- Contratação de intérpretes de Libras via credenciamento do CAJU para eventos.
- Projeto para contratação de empresa de intermediação de Libras (atendimentos balcão, eventos, audiências de custódia).

Tecnologia

- NVDA.
- Janela de Libras.
- Melhorias no portal e sistemas: diretrizes de acessibilidade nos padrões eMAG, WCAG e WAI.

AÇÕES E PROJETOS

REGULAMENTAÇÃO DE DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Aprovação

- Alteração da Resolução nº 184/2017: ressarcimento de despesas com veículo próprio para servidores com deficiência.
- Alteração do Decreto Judiciário nº 900/2017: autorizar a prestação de serviço voluntário a pessoas com deficiência que não podem dar continuidade aos estudos.

Propostas

- Alteração da Lei Estadual nº 16.024/2008: assegurar direitos aos funcionários que tenham dependentes com deficiência e retificação de disposições legais (nomenclatura correta).
- Grupo de Trabalho: Minuta de Política de Acessibilidade e Inclusão do TJPR.

AÇÕES E PROJETOS

ASSISTÊNCIA MÉDICA E SOCIAL AOS SERVIDORES E MAGISTRADOS COM DEFICIÊNCIA

Condições especiais de trabalho (atuação SEGEP, CSBE, CPAI)

- Resolução CNJ nº 343/2020.
- Instrução Normativa TJPR nº 42/2021.
- Análise de 21 pedidos de teletrabalho e 13 pedidos de redução de jornada, sendo 15 por deficiência do servidor e 17 por deficiência de dependentes.

AÇÕES E PROJETOS

PROMOÇÃO DA INCLUSÃO

- Inclusão de pessoas com deficiência auditiva (contrato terceirizados UNILEHU).
- Integração e divulgação de informações a novos servidores com deficiência do TJPR (2 reuniões).
- Círculos Restaurativos: Cuidando de quem cuida - Acolhimento às famílias atípicas (2 reuniões).
- Consulta Pública Política de Acessibilidade e Inclusão.

DEFINIR METAS INDICADOR 2.11 PARA 2024, 2025 E 2026:

2.11 ACpi - Ações de promoção da inclusão.

Definição: quantidade de ações realizadas pelo órgão, ou em parceria com outras instituições, voltadas para atividades destinadas às pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, excluídas as ações de capacitação (ex: eventos destinados ao lazer, à saúde e à cultura)

DEMANDAS DIVERSAS

- Recebidas via SEI, e-mail, Ouvidoria, Teams.
- Esclarecimentos e manifestações sobre pedidos de condições especiais de trabalho.
- Recebimento, encaminhamento e acompanhamento de requerimentos com relação à inclusão de estagiários e servidores, acessibilidade arquitetônica de prédios e à acessibilidade tecnológica e comunicacional (encaminhados à SEINFRA, SETIC e SEGEP).
- Requerimentos da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Ministério Público do Paraná (encaminhadas à SEINFRA).
- Requerimentos e consultas de outras unidades do TJPR acerca da acessibilidade e inclusão, especialmente quanto à acessibilidade arquitetônica e tecnológica
- Informações ao CNJ (indicadores, Prêmio CNJ de Qualidade, Ranking da Transparência).
- Programa de Integridade.
- Revisões de acessibilidade digital em Cartilhas, páginas e materiais de outras unidades.



TJPR

TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DO ESTADO DO PARANÁ

OBRIGADO!



[fb.com/TJPRoficial](https://www.facebook.com/TJPRoficial)



[@TJPRoficial](https://www.instagram.com/TJPRoficial)



[Youtube.com/tjproficial](https://www.youtube.com/tjproficial)